

**METÁFORA E FUNÇÃO DE REGISTRO: A VISÃO DE
MUNDO DO FALANTE E SUA INTERFERÊNCIA NAS
LÍNGUAS NATURAIS / METAPHOR AND REGISTRATION
FUNCTION: THE SPEAKER'S VISION OF THE WORLD AND
ITS INTERFERENCE IN NATURAL LANGUAGE**

*Celso Ferrarezi Jr.**

Resumo: O presente trabalho visa a demonstrar de que forma diversas comunidades falantes do português brasileiro e falantes de línguas indígenas da América do Sul promovem o registro de aspectos histórico-culturais através de nomeações pela via da construção metafórica funcional. São apresentados exemplos que mostram que esses nomes têm uma importância maior do que sua função indicial e que alertam para o fato de que a perda de tais nomes implica a perda de conhecimentos histórico-culturais importantes, o que pode implicar em perda da identidade e de valores importantes para a comunidade de falantes.

Palavras-chave: metáfora; metáfora funcional; línguas naturais e função de registro; língua e identidade cultural.

* Doutor em Linguística – área de concentração: Semântica (com pós-doutoramento na mesma área). Docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas, MG. Email: cferrarezij@superig.com.br

***Abstract:** This work aims to demonstrate how different communities of Brazilian Portuguese speakers and indigenous languages of South America speakers register historical and cultural aspects through nominations through the functional metaphorical construction. are presented Examples are presented, showing that these names have a greater importance than its indexical function and warn to the fact that the loss of these names entails the loss of important historical and cultural knowledge, which can result in loss of identity and values that are important to the community of speakers.*

***Keywords:** metaphor; functional metaphor; natural languages and registration function; language and cultural identity.*

Introdução

Considerada como um sistema socializado e culturalmente determinado de representação de mundos e seus eventos (cf. Ferrarezi, 2010), uma língua natural também serve a seus falantes como forma de registro de seus conhecimentos, de toda sua construção cultural.

Não é sem razão que vários estudiosos têm proposto que a metáfora apresenta uma propriedade estruturante em relação à organização cultural do mundo, isto é, de como o vemos, organização que é levada a efeito pelos falantes de uma língua de forma ora mais, ora menos consciente (cf. Lakoff & Kövecses, 1987). Assim, uma língua natural, o que inclui suas metáforas, participa de forma ativa na construção da visão de mundo desses falantes, embora isso não implique um tipo de determinismo linguístico nos moldes whorfianos. Por isso mesmo, as metáforas devem ser compreendidas e estudadas no ambiente cultural em que

foram geradas, uma vez que, desde sua construção, elas guardam estreito vínculo com esse mesmo ambiente e com a visão de mundo que o organiza. Pode, assim, afirmar, que o ambiente funcional pleno de uma metáfora é o ambiente cultural em que a língua em que essa metáfora foi construída é adotada como meio regular e natural de comunicação.

Uma das formas comuns e mais importantes de proceder a esses registros culturais na e pela língua se dá quando atribuímos nomes às coisas. Os processos de nomeação nem sempre são imotivados e ocorrem, muitas vezes, de forma metafórica.

Quando uma metáfora de nomeação exerce uma função clara de registro cultural, pode ser denominada *metáfora funcional* (cf. Ferrarezi, 2010), que é definida como “uma construção figurativa na qual a palavra metaforicamente construída apresenta uma clara função de depósito cultural, uma função de registro de algum tipo de conhecimento resultante das experiências vivenciais dessa mesma comunidade que atribuiu esse nome metafórico a um referente” (p. 198).

No presente artigo, demonstraremos de que forma essas metáforas funcionam como registro da visão de mundo dos falantes, servindo como forma de expressão da organização cultural das experiências vividas pela comunidade de falantes e, assim, com marca de identidade.

1 Metáfora e metáfora funcional

A Semântica de Contextos e Cenários¹ postula que não há sentidos pré-definidos, literais, para palavras das línguas naturais. De acordo com essa visão do funcionamento de uma língua natural teoria, tudo pode ser expresso por tudo, desde que a construção cultural e o compartilhamento social da expressão assim o permitam. Pode-se identificar qualquer referente usando qualquer palavra desde que haja uma construção social que explicita (ou implícite) esse processo; assim, também, pode-se expressar quaisquer sentidos, mesmo os mais complexos, com qualquer palavra ou expressão, desde que esse sentido seja associado à expressão no processo de criação do cenário enunciatório, compartilhado pelos interlocutores. Cabe ressaltar que “cenário”, aqui, é

além de um conjunto de conhecimentos culturais e de um processo de atribuição de sentidos progressivos em um roteiro cultural, ... todos os fatores relevantes do ponto de vista dos interlocutores para a especialização dos sentidos dos sinais. Esses fatores incluem todo o complexo conjunto situacional que envolve a enunciação. (Ferrarezi, 2010)

¹ Cf. Ferrarezi Jr. (2010). Introdução à Semântica de Contextos e Cenários: de la langue à la vie. Campinas: Mercado de Letras.

Assim, não existe nenhum sentido *a priori*, nenhum padrão pré-definido de significação: apenas regras de atribuição de sentido. O que existe - e que nos dá essa sensação de pré-existência dos sentidos – é um conjunto de construções mais comuns em uma comunidade, construções que, em uma época definida, já tiveram sentidos a elas comumente associados, e que, justamente por isso, são mais conhecidas e repetidas pelos falantes. Mas essas construções mais comuns são tão passíveis de modificação quanto quaisquer outras estruturas da língua. Esses sentidos comumente associados às palavras de uma língua são chamados de *sentidos costumeiros*.

É importante ressaltar que, na construção dessas associações de sentido às palavras parece não haver nenhuma regra puramente “linguística”, ou seja, de ordem puramente sistêmica e gramatical, ao contrário do que há na construção das formas linguísticas em si, como as palavras e as estruturas sintáticas. Provavelmente foi isso Saussure percebeu como sendo o *caráter arbitrário* do que ficou conhecido como o *signo linguístico*, ou seja, o resultante da associação entre um elemento significante e uma ideia². Nesse ponto específico do funcionamento de uma língua natural, a gramática (considerada como elemento estruturante apenas) parece não ser nada mais do que uma construção em segundo plano, tão momentânea quanto o restante do processo de especialização do sentido da expressão.

Assim como acontece em relação à necessidade de um cenário, o sentido de uma palavra ou expressão linguística qualquer só pode se especializar em um contexto. “Contexto”, aqui, é tomado

como o nome sugere, como o que vem antes e depois da palavra, o restante do texto, o texto que precede e sucede o próprio texto, o texto que se junta e que referencia o texto, num entrelaçar de palavras em textos que acabam formando o complexíssimo conjunto de sinais interligados que procuramos entender quando nos comunicamos. (Ferrarezi, 2010)

O contexto, por sua vez, só se especializa em um cenário. E é por essa razão que nenhuma palavra ou expressão tem sentido *a priori*, mas somente pode ser plenamente entendida em ambiente linguístico (contexto) e em ambiente cultural (cenário). Assim é que a palavra recebe o seu sentido no processo de comunicação

² Como sabemos, no Curso de Linguística Geral (Saussure, 1987), Saussure apresentou esse ideia como uma imagem mental que o falante cria, que seria o significado da palavra. Isso, porém, já foi mais do que largamente contestado e comentado na bibliografia da área.

entre interlocutores, processo em que são consideradas muito mais informações do que as etimologias e as peculiaridades gramaticais das palavras de uma língua. Aliás, como diz Bakhtin³, é somente quando falantes podem desprezar a consciência dos aspectos gramaticais de uma língua, quando não precisam mais ficar racionalizando suas construções linguísticas para criar expressões inteligíveis e especializar os sentidos das expressões dos outros, que se pode dizer que realmente falam essa língua.

Aceitar essa concepção de que nenhuma construção linguística tem um sentido a priori representa aceitar implicações muito vastas para a teoria linguística. Mas, para os fins deste artigo, uma implicação sobre a especialização de sentidos de palavras e expressões na comunicação é especialmente importante: a de que, no bojo do processo de comunicação, toda construção é funcional. E funcional por três razões básicas:

- a. porque deve funcionar como elemento de comunicação;
- b. porque, além de ser elemento de comunicação, deve funcionar adequadamente dentro de um contexto e de um cenário;
- c. porque, funcionando adequadamente no contexto e no cenário, terá a função de consolidar o processo de compartilhamento de conteúdos entre os interlocutores, sendo elemento, ao mesmo tempo, constituído e constituinte desses mesmos contexto e cenário.

Voltemos, deste ponto, à metáfora. Em um artigo anterior sobre metáfora e metonímia⁴ consideramos que uma metáfora é um tipo de construção linguística que permite a atribuição de um sentido construído dentro de um paradigma cultural definido a outra palavra (ou construção multivocabular) que, em seu sentido costumeiro, isto é, no sentido usual dessa palavra ou expressão na comunidade de falantes, pertencia a outro paradigma cultural estabelecido. Assim é que quando chamo João de “touro”, estou transferindo, deslocando, reapropriando sentidos de um paradigma cultural (paradigma “animais”) para outro paradigma cultural (paradigma “seres humanos”).

³ Cf. M. Bakhtin (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

⁴ Ferrarezi Jr., Celso (2000). “Metáfora e Metonímia: uma Análise através dos Paradigmas Semânticos”. In: *Discutindo Linguagem com Professores de Português*. São Paulo: Terceira Margem.

Como uma construção metafórica implica, portanto, nessa transferência de sentidos entre paradigmas culturalmente construídos, uma construção desse tipo só pode ser definida como tal, de forma única e independente, dentro de cada cultura, uma vez que em cada cultura teremos classificações semânticas naturais diferentes, agrupamentos categoriais distintos, paradigmas distintos. Isso é que permite que uma associação de ideias seja metafórica em uma cultura, por exemplo, e não metafórica em outra.

Cumprir notar, também, que a metáfora, na maioria das línguas, não é obrigatoriamente uma construção lexicalmente complexa, nem obrigatoriamente multivocabular e com tratamento estético de tipo poético. Ao contrário, esse parece ser um tipo de mais raro de metáfora, cuja finalidade estética sobrepõe-se à função de transferência de informações das metáforas do cotidiano. Grande parte das metáforas presentes em uma língua se concretiza nos nomes atribuídos pela língua aos diversos referentes que representam. Trata-se de palavras comuns, de uso diário, de nomes de coisas do dia-a-dia, de pessoas ou nomes na forma de alcunha atribuídos a esses referentes.

Ora, como vimos, toda construção linguística – e toda metáfora, por conseguinte – é, em certo sentido, funcional. Mas, quando nos referimos explicitamente à “metáfora funcional”, o fazemos em relação a uma construção com função muito mais específica e bastante relevante na formação e perpetuação de uma cultura, função que não é exercida por palavras ou expressões que deixarem de ser consideradas como “figuras da realidade”, palavras que só são entendidas pelos falantes como índices de referentes, como se fossem, seguindo a tradição gramatical, *literais*.

Como dito anteriormente, podemos definir uma metáfora funcional como *uma construção figurativa na qual a palavra (ou expressão) metaforicamente construída apresenta uma clara função de depósito cultural, uma função de registro de algum tipo de conhecimento resultante das experiências vivenciais dessa mesma comunidade que atribuiu esse nome metafórico a um referente.*

Tomemos, então, a título de exemplificação, o tipo de construção metafórica que se dá em certos processos de nomeação, e que considero objetos deste artigo. Quando se chama uma árvore que produz goiabas de “goiabeira”, constrói-se um nome a partir de uma motivação meramente linguística e não se oferece nenhuma informação cultural adicional além daquela que permite a utilização da terminação “eira/eiro”, juntada a um nome qualquer de fruta, para indicar a árvore que produz

essa mesma fruta. Tenho, nesse caso, *goiab(a) + eira = goiabeira*, ou seja, a “árvore que produz goiabas”.

É claro que essa se constitui uma informação que acaba passando para a cultura, mas de um tipo muito mais restrito do que, por exemplo, a fornecida pelo caboclo que chama a goiabeira de “trava-ventre”. Ao chamar a árvore de “goiabeira”, se repassa uma informação que é, do ponto de vista da lógica emanada da estrutura gramatical da língua, como que *inerente* às representações desse referente. É quase como que uma construção “automática”. Isso se repete em muitas outras árvores. Quando ela é chamada de “trava-ventre”, a construção é bem mais complexa.

Nesse caso e em muitos outros no Brasil, os sufixos são interpretados pelos falantes como “árvore que produz a fruta x”. Isso tem utilidade na língua e na cultura, mas a motivação da construção é, *stricto sensu*, gramatical, ou seja, não é fruto de uma experiência extralinguística e o nome atua em sentido costumeiro, não metafórico, no vocabulário da língua. Mas, ao usar o nome “trava-ventre”, o falante interiorano, distante muitas vezes do “remédio de farmácia”, registra uma informação muito mais complexa do que com o nome “goiabeira”, uma informação que não é inerente às formas costumeiras de representação linguística do referente, cuja motivação não pode ser atribuída ao sistema da língua e que se distingue da primeira por várias razões:

- a. como sua construção não é óbvia no sistema, sua compreensão demanda um processo interpretativo muito mais complexo e que não se dá com base em aspectos meramente gramaticais;
- b. as informações contidas nesse nome têm implicações culturais funcionais muito mais amplas do que a mera identificação da árvore da goiaba;
- c. essa informação registrada no nome se constitui numa construção cultural funcional – agora no sentido que atribuo à metáfora funcional - uma espécie de informação da utilidade terapêutica da árvore, que pode ser bastante útil em situações de risco⁵ em ambiente ermo;
- d. essa construção é muito mais regionalizada, muito mais específica de uma comunidade do que a palavra “goiabeira”.

⁵ Brotos, folhas e frutos da goiabeira constituem um dos principais remédios para tratamento de diarreias em regiões interioranas do Brasil, tanto em crianças como em adultos.

Assim, se por um lado, a metáfora “comum” já é uma forma de registro de informações de ordem cultural, especialmente em relação aos procedimentos e critérios culturais de categorização do mundo, a metáfora funcional vai bem além, permitindo o registro de informações mais amplas, mais complexas, históricas, resultantes dos conhecimentos de uma comunidade e com uma finalidade evidente de perpetuação de todo esse cabedal de saber.

2 Nomeações e metáforas

Como dito anteriormente, grande parte das metáforas da língua se concretiza nos processos de nomeação. Porém, o estudo dos nomes das línguas, do ponto de vista de sua característica como formas de registro de saberes, tem uma importância muitas vezes desprezada. Isso fica mais evidente se consideramos que as línguas são como que “depósitos” naturais de conhecimento humano - depósitos de cultura – e percebemos que esses depósitos são feitos, muitas vezes, pela nomeação dos referentes.

Consideremos que toda língua possui um conjunto de palavras nominais – e, algumas línguas, apenas radicais nominais – das quais nenhum falante é capaz de recuperar a motivação de sua atribuição como significante de um referente qualquer. Uso o termo *motivação* no sentido saussureano⁶. Assim, *não-motivada* será uma palavra qualquer da qual o falante não possa recuperar o tipo de recurso utilizado em sua construção e será por ele considerada arbitrária, sem motivo aparente para sua construção. Essas são palavras cuja origem quase sempre só pode ser identificada por profundos estudos etimológicos e, mesmo assim, nem sempre sendo possível identificar as atribuições e derivações do sentido. São palavras, em sua maioria, oriundas de uma herança linguística de tempos ancestrais, de colonizações, de contatos linguísticos. Por outro lado, existem nomes que têm o sentido de sua construção facilmente identificado, que atuam de forma mais complexa do que como meros significantes-índices de um referente qualquer.

Tomando isso como certo - e creio que não há grande contestação dessa afirmação na bibliografia – podemos, então, grosso-modo, dividir os nomes de uma língua em dois grupos principais: motivados e não-motivados⁷. Estes constituiriam

⁶ Cf. Saussure, 1987.

⁷ Cf. Ferrarezi Jr., Celso (1997). *Nas Águas dos Itenês*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

um grupo básico de palavras *de uso em sentido costumeiro*; o outro grupo, sobre o qual os falantes podem recuperar de alguma forma a motivação de sua atribuição, parece ter duas origens distintas: uma meramente linguística e a outra, mais complexa, uma motivação de origem cultural.

A atribuição de um nome a partir de uma construção meramente linguística é a que acontece com a palavra “goiabeira”, em que há elementos linguísticos pré-definidos que permitem uma construção quase óbvia. É o que se repete em “pedreiro” ou “casamenteiro”, em “lancheira” e “escrivantina”, por exemplo, em que palavras de uso comum são tomadas em seu sentido costumeiro e recebem afixos (entre outras possibilidades) para formar novos nomes. Podemos dizer que, portanto, essa é uma forma de construção muito mais baseada em aspectos estruturais do sistema da língua.

As construções cuja motivação é cultural, porém, podem ocorrer de formas variadas. Por exemplo, a partir de metáforas (João é um “touro”) ou pela motivação direta do nome por características culturalmente atribuídas aos referentes (“bumbo”, “bombom”). Estes seriam nomes motivados ou, em última instância, nomes figurativos, ou seja, baseados em algum tipo de figuratividade cultural. No primeiro caso (João = touro), temos uma metáfora; no segundo caso (bumbo) uma imitação sonora, um tipo de onomatopeia, que também tem influência cultural, uma vez que os sons prototípicos atribuídos aos elementos do mundo variam de cultura para cultura e são diferentemente materializados nas respectivas línguas com base, até, nas restrições fonológicas da própria língua. Para os fins deste artigo, interessa-nos mais o primeiro tipo, ao qual voltaremos adiante.

Deve-se observar que os nomes, como significantes nocionais utilizados para identificar cada um dos elementos de cada cultura, sem exceção, quando são construídos de forma metafórica, acabam comportando-se como indicadores das características desses elementos e alteram nossa forma de pensar o referente. As palavras nominiais de uma língua atuam na configuração e na categorização que fazemos de nosso mundo, na visão que temos dos elementos que o constituem. Braúna (2009)⁸ demonstrou de que forma diversas classes sociais mudam sua imagem de uma mulher quando lhe é associado o nome “mãe solteira”. O artigo em

⁸ Braúna, M.M.A (2009). A Relação entre Cultura e Construção de Sentido na Expressão “Ser Mãe Solteira”: Um Estudo em Guajará-Mirim, RO. Guajará-Mirim: UNIR. Trabalho de Conclusão de Curso.

questão evidenciou que os diferentes sentidos atribuídos pelos entrevistados a esse “rótulo” têm relação direta com sua visão de mundo e com a construção dessa visão de forma direta. Da mesma forma, podemos observar que as alcunhas das cidades, das instituições, de certas práticas, enfim, todas elas têm o mesmo efeito estruturante: por atuarem como nomes, alteram a percepção que o falante/ouvinte tem do referente.

Aí reside um fator de grande importância na relação entre língua e cultura: dessa forma, os nomes atuam como depósitos de conhecimento, que podem ser mais ou menos reconhecidos pelos falantes, mas definitivamente como depósitos. E, como tal, são utilizados pelos falantes, que recorrem a seu conteúdo informativo o tempo todo. Uma das provas mais evidentes que temos disso é que o falante recorrerá a uma renomeação do referente – e geralmente através de uma metáfora – quando ocorrem dois fatos concomitantemente:

- a. o falante sentir necessidade de que o nome traga em seu sentido alguma informação relevante para uma construção cultural desejada e específica e;
- b. esse mesmo falante não mais conseguir identificar nenhuma informatividade no nome usado como significante desse referente em questão – agora, por isso mesmo, tido como uma palavra de sentido costumeiro – além da indicação direta do referente.

É esta a razão que leva um grupo de adolescentes a atribuir as alcunhas aos membros da turma, uma vez que, *João, Maria, Joana* etc. não conseguem mais do que meras indicações diretas dos seus referentes, ao passo que, na hierarquização de um grupo social como os de adolescentes, se faz necessária uma discriminação das características que justificam as posições ocupadas. Por isso, também na organização social, não apenas adolescentes, mas como todos seus membros, sentimos necessidade de atribuir nomes como *professor, aluno, mestre, doutor, prefeito, presidente, marginal, mercenário* etc. - porque as informações contidas nos antropônimos nem sempre denotam as peculiaridades desejadas para a organização social, ou seja, nem sempre os antropônimos dão informações sobre os referentes como as desejamos evidenciar. Na verdade, nas chamadas modernas culturas ocidentais, essa informatividade do antropônimo é quase nula, preferindo-se a sonoridade do nome a sua significação.

Também por essa razão, algumas culturas, principalmente as antigas culturas orientais e as culturas indígenas tradicionais, têm um apreço muito maior pela significação dos nomes do que as culturas capitalistas ocidentais. Os nomes chei-

os de significados de alguns povos orientais e dos indígenas expressam aspirações dos que nomeiam em relação aos nomeados, planos, desejos pessoais, bênçãos e maldições, características físicas ou familiares, entre tantas outras marcações culturais.

A troca de nomes, bastante comum em algumas nações, como, por exemplo, entre os judeus (como evidenciando na Bíblia: Abrão para Abraão, Jacó para Israel, Simão para Pedro, Saulo para Paulo, entre tantos outros citados) é uma prova bastante clara dessa função do nome na organização social, na marcação de funções, no evidenciamento de aspectos idiossincráticos, portanto, na construção cultural.

Os nomes, então, quando construídos metaforicamente, passam de mero “índice de referência” a depósitos de informações consideradas relevantes, esclarecedoras, dignas de registro em uma comunidade. Essas construções metafóricas não obrigatoriamente têm uma grande complexidade vocabular ou gramatical, ou se obrigam a estruturas esteticamente trabalhadas: pode tratar-se de uma simples palavra ou de uma palavra composta sem rebusques estéticos. Em outros termos, essas metáforas quase sempre nos passam despercebidas por tratar-se - e geralmente assim o é - de nomes comuns de uso cotidiano.

Isto posto, passaremos a mostrar, por meio de dois exemplos de culturas distintas, a função de registro de metáforas utilizadas em nomeações. Outras metáforas com função de registro merecerão abordagem própria em outro artigo.

3 A organização do mundo: a piaba

Um evento que muito nos impressionou, deu-se numa ocasião em que pescávamos com um indígena da etnia Oro Nao, no Rio Ouro Preto, no município de Guajará-Mirim, RO. Os Oro Nao são parte de um grupo de mais de uma dezena de etnias próximas, localizadas nos vales dos rios Pacaás Novas, Mamoré e Guaporé, na região ocidental de Rondônia e parte da Bolívia. Atualmente, algumas dessas etnias estão reduzidas a poucas pessoas, enquanto outras sobreviveram em número mais expressivo, embora todas tenham passado por um grave processo de dizimação. Na Antropologia e na Linguística brasileiras passaram a ser conhecidos como povos Wari ou povos Chapakura, embora eles não reconheçam esses nomes como legítimos. Suas línguas apresentam pequenas diferenças entre si.

O fato que desejamos narrar se deu em função da necessidade de classificação de elementos do mundo e foi provocado por nós em uma ocasião em que o indígena havia nos levado para uma pescaria de canoa. Para demonstrar sua superioridade, como homem da floresta, sobre nós, “apenas um homem da cidade”, o indígena somente levou uma linha para peixes grandes, que obviamente ficou com ele, e colocou-nos na popa da canoa para remar e para pegar as iscas vivas que ele usaria na sua pescaria. Esse trabalho subserviente deveria ser feito com um pequeno caniço de taquara. Diante da condição constrangedora, para me “vingar”, como homem da cidade e da Ciência, começamos a indagar o indígena sobre os nomes de todos os peixinhos que íamos pescando, os quais seriam usados como iscas. À medida em que eram pescados, nós os mostrávamos ao índio e perguntávamos como o tal peixinho se chamava. Algo que se desenrolou mais ou menos nesses termos e em português brasileiro:

- Que peixe é este?
- Piaba.
- Que peixe é este outro?
- Piaba também.
- Mas, é diferente do outro...
- Eu sei. Mas, é piaba também.
- E este, que peixe é?
- Piaba.
- Mas, é diferente dos outros dois...
- Mas, é piaba também.

Isso se repetiu com nove pequenos peixes, todos diferentes uns dos outros.

Então, perguntei:

- Todo peixe é piaba?
- Não.
- Então, por que esses peixes todos, que são diferentes, são piaba?

(espaço de alguns minutos)

- Porque é tudo isca.

(pequena pausa)

- Mas “piaba” não é palavra da língua de vocês...
- Não, é da língua de branco...
- Então, por que você chama todos esses peixes de piaba?
- Por que é isca...
- Então “piaba” significa “isca”?
- Isso! Piaba é isca.

- Como diz “peixe que a gente usa de isca” na sua língua?
(pequena pausa)
- Não tem. Não dá pra dizer. Fala piaba mesmo.

Nesse caso interessantíssimo, existe uma confluência de processos que incluem a questão do contato linguístico, a da categorização do mundo e a da construção metafórica em si.

Primeiramente, deve-se notar que “piaba” realmente não é uma palavra de nenhum dos dialetos ou línguas das etnias Wari. Ela foi aprendida do contato com os brancos, que usam a palavra piaba de forma diferente para designar peixes de diversas espécies ao redor do Brasil. Na região de Guajará-Mirim (em questão) a designação piaba é dada a pequeninos peixes da família *Characidae*, especialmente aqueles que são popularmente conhecidos como “lambari” em grande parte do país. Entretanto, naquela região, esses peixes não são consumidos como alimento, mas utilizados como isca na pescaria de peixes maiores. A constante referência de brancos aos índios, em situações de contato, afirmando a necessidade de “pegar piabas” para pescar peixes maiores, fez com que os índios entendessem que “piaba” era sinônimo de “peixe-isca” e não o nome de uma espécie de peixe. Afinal, outros tipos de isca, como massas, frutos e pedaços de carne eles não denominam “piaba”.

Desse aprendizado equivocado de que a palavra “piaba” seria a designação genérica de peixes que servem para isca e não o nome de uma espécie de peixe, os índios passaram a aplicar essa palavra equivalente a peixe-isca a todos os peixes pequenos que eles, índios, utilizam, agora, como iscas em suas pescarias devidamente modernizadas. Observe-se que:

- a. anteriormente, os índios não pescavam com anzol, mas apenas com flechas e armadilhas. Assim, a figura da “isca” não existia na cultura, nem na língua. O conceito de isca teve que ser aprendido pelos índios quando aprenderam a pesca de anzol;
- b. os índios possuem em sua língua um conjunto de palavras específicas para todos os peixes que conhecem no rio. Dos maiores aos menores, todos têm um nome específico. Mas, nas situações de contato, especialmente envolvendo pesca, eles compreendem que o interesse do interlocutor é outro: peixes-iscas e peixes que podem ser consumidos como alimento. Da mesma forma, agora que eles praticam a pesca de anzol, surge a necessidade de caracterizar certos peixes menores como

iscas. Assim, nessas situações, eles passam a operar com uma categorização cultural diferente, que não é a original de sua cultura e não está registrada em sua língua;

- c. nesse ponto, os nomes originais dos peixes na língua indígena são metaforicamente substituídos pelo nome “piaba”, que tem, para eles, o significado de “peixe-isca”. É o caso típico de uma metáfora funcional, cuja função de registro cultural evidente permite a todos os índios uma reclassificação dos elementos de seu mundo e o registro da utilidade desses peixinhos na consecução de alimento para a comunidade.

Pode-se perceber, naquela conversa, que há alguns aspectos morfológicos e alguns aspectos funcionais que determinam a nova categorização. Todos os nove tipos diferentes de peixinhos de escama, sem ferrão e sem ser piranha, que consegui pescar naquela tarde foram categorizados, em português, como *piaba*. Na verdade, em português os ribeirinhos também utilizam essa palavra genericamente para esses peixinhos usados como isca. Alguns outros detalhes merecem atenção:

- a. insisti com o índio, depois, que precisava haver um nome para esses peixes-isca em sua língua. Ele apenas conseguiu apresentar um nome genérico significava literalmente “comida” e que era usado, agora indistintamente como “isca”, mas que não correspondia a “peixes que servem como isca”, como ocorria com a palavra “piaba”. Ou seja: houve um empréstimo que substituiu a necessidade de criação de uma nova palavra na língua.
- b. insisti, ainda, sobre quais seriam os nomes específicos, na sua língua, para cada um deles. Ele conseguiu fornecer cinco nomes para as nove espécies, mas afirmou que todas as outras tinham nome, embora ele não lembrasse no momento. Para as quatro que ele não foi capaz de identificar nomes, chamou-as de “primas” das outras. Realmente, esses peixinhos não nomeados tinham marcantes semelhanças morfológicas com alguns dos nomeados, embora fossem claramente diferentes em alguns aspectos.
- c. em português, ele não sabia os nomes específicos de cada peixinho. Porém, quanto aos peixes grandes que foram capturados no evento, (na

verdade, quatro espécies, cujos nomes locais são *jatuarana*, *tucunaré*, *pescada e surubim*), todos eles foram nomeados separadamente e com prontidão nas duas línguas.

Creio que algumas lições relevantes podem ser aprendidas dessa ocorrência, quer sobre o contato linguístico, quer sobre a forma como seu deu a construção da metáfora em questão (peixe = isca). Mas, uma das mais interessantes, a meu ver, está no fato de que embora os “peixes-iscas” pudessem se incluídos em uma mesma categoria (ou, em última instância, em uma subcategoria, uma vez que todos, grandes e pequenos, foram reconhecidos como “peixes”), essa categoria não era original da cultura nem da língua. Assim, essa constituição exigiu uma adaptação da visão de mundo dos falantes que, por sua vez, exigiu a presença de uma nova palavra na língua, o que se resolveu com um empréstimo. Isso evidencia que a visão de mundo do falante se reflete na estrutura linguística, mas que, também, as adaptações que vierem a ser realizadas deverão ser capazes de, em algum momento, registrar as mudanças no âmbito cultural. Ainda mais quando se trata de uma necessidade existencial, como o é a pesca para os indígenas daquela região.

Finalmente, podemos dar relevo ao fato de que, assim como em outros tantos casos, não é tanto o que se percebe (objetivamente, do ponto de vista sensorial) que interfere na categorização dos objetos, mas como aquilo é culturalmente percebido. Não se trata de um caso de “ver o mundo”, mas de “como ver o mundo” o que realmente define as categorias que criamos e representamos por meio de nossa linguagem. Isso parece ser um processo explicável apenas sob a égide de valores e preceitos culturalmente estabelecidos.

4 O registro do fato histórico-cultural: o chapa

Passemos, agora, para outro fenômeno interessante de registro de fatos culturais, em que não ocorreu uma reorganização da visão de mundo, mas a função de registro da metáfora é ainda evidente: o uso da palavra “chapa” para designar trabalhadores estivadores ou que se ocupam de carregar e descarregar manualmente cargas de caminhões em todo país.

A origem do uso da palavra “chapa” para nomear trabalhadores parece ser desconhecida até mesmo de alguns sindicatos e federações, uma vez que já encontraram a palavra constituída quando a profissão se modernizou. Alguns entrevista-

dos alegam que a palavra remete às relações de amizade entre os trabalhadores; outros que se trata de uma alusão ao companheirismo exigido na profissão, uma vez que a palavra “chapa” é usada no Brasil com tal sentido. Mas, não passam de hipóteses movidas pela necessidade de explicar o sentido de uma palavra cuja construção parece ter sido perdida para a maioria dos trabalhadores da área. Pessoalmente, pesquisamos a origem desse uso da palavra por cerca de doze anos. A informação final que permitiu a reconstrução do processo de criação da metáfora veio do senhor Raimundo de Albuquerque, 83, estivador aposentado da Portobrás, que iniciou seus trabalhos como trabalhador avulso cerca de seis décadas atrás, antes da constituição de muitos dos atuais sindicatos de trabalhadores da estiva. Quando perguntado sobre a origem do uso da palavra “chapa” para os estivadores, respondeu prontamente e de forma muito segura (depoimento transcrito com correções e acréscimos de cunho elucidativo):

No começo, a estiva não era muito organizada. Quem chegava ficava brigando pra trabalhar, pois a gente recebia por produtividade e não tinha salário (fixo). Quem não tinha emprego ia pra estiva fazer bico pra dar de comer à família. Se aguentasse dois sacos de feijão na cabeça podia ir pra estiva. Isso acontece ainda hoje com os trabalhadores avulsos nos portos, que recebem uma ficha (de identificação). Pois, naquele tempo, a gente chegava de madrugada no porto e a Companhia distribuía umas placas de alumínio com uns números. Só trabalhava no dia quem tivesse a placa. Só tinha algumas placas pra muita gente, era muito trabalhador desempregado. Quem chegava primeiro pegava placa. Eram placas grandes de metal que a gente pendurava no pescoço como um colar. Quando a gente passava com a carga no controle, o controlador anotava pelo número da placa, pra dar a produtividade no final do dia. Essa placa era a “chapa”, que comparava com a chapa de carro, de caminhão, entende? Por isso, as pessoas falavam que tinham que pegar a chapa pra trabalhar naquele dia. Só entrava quem tinha chapa.

Muitas vezes, o sujeito estava doente, mas mesmo assim ia pra fila pegar a chapa. Ele trabalhava um pouco e depois alugava a chapa pra outro que estava esperando. Muitas vezes, ele alugava a chapa quando ia almoçar ou se tivesse que sair pra fazer alguma coisa. Como só tinha pouca chapa e muito trabalhador, tinha comércio com as chapas. A Companhia nem queria saber disso, porque o que interessava pra ela era que tivesse os homens pra carregar as coisas. Os que eram fixos da companhia tinham uma chapa fixa, e depois tinha um uniforme, mas foi bem depois. Mas, mesmo assim, tinha comércio e eles podiam alugar a chapa no dia em que não podiam trabalhar. Por isso os estivadores

eram chamados de chapa, porque tudo era controlado pela chapa do sujeito. Hoje, eles chamam todos os carregadores de chapa, mesmo quem não trabalha no porto, mas é por isso.

A descrição é muito consistente com o histórico de funcionamento dos portos brasileiros. Os trabalhadores avulsos, como citado, inclusive ainda trabalham em regime semelhante, como se lê na página eletrônica do Sindicato de Estivadores de São Francisco do Sul⁹, um dos mais antigos do país:

O Sindicato faz junto ao OGMO (Órgão Gestor de Mão-de-Obra), a escala dos trabalhadores TPA's (Trabalhadores Portuários Avulsos) em todas as funções; as listas de chamadas são feitas em sistema numérico escalonado, sendo todos os associados chamados em sistema de rodízio igualitário. Os rodízios de chamada ocorrem às 7:00 horas, 13:00 horas e 19:00 horas. Estivadores rumo ao Porto Francisco Paulo Camargo recebe as Fichas Função dos Estivadores.

Como se vê, o sistema de chamada e distribuição de fichas de trabalhadores avulsos ainda segue o padrão da ficha numérica e também, pelo visto, existem mais trabalhadores do que vagas.

No caso específico de nossa análise aqui, temos uma metáfora bastante complexa, em que a placa de identificação do trabalhador estivador é metaforicamente comparada à placa de identificação que permite a circulação e o controle dos veículos automotores no porto. Por analogia, a placa de identificação começa a ser chamada de “chapa”. A partir desse ponto, está estabelecido o caminho da passagem do próprio estivador para “chapa”, que parece acontecer por metonímia num processo de associação por contiguidade, mas que também ocorre em relação aos carros no país, em que os táxis são chamados de “chapas vermelha” e os carros oficiais de “chapa branca”. Temos, então, uma trajetória como a que segue na forma de um quadro:

⁹ http://www.estiva-sfs.com.br/2011/texto/index.php?idTexto=ESTIVA_NjE=. Acesso em 09 ago. 2011.

Passo	Fato histórico-cultural
1º	Trabalhadores estivadores avulsos são identificados com chapas metálicas numeradas para permitir alguma organização no serviço portuário.
2º	Há uma associação entre as placas numeradas dos trabalhadores estivadores e as chapas (placas numeradas) dos automotores que circulam no porto. Ocorre uma metaforização e os trabalhadores com suas placas são vistos como os veículos de carga dos portos. Neste ponto, especificamente, ocorrem diversos registros histórico-culturais: <ul style="list-style-type: none">a. os trabalhadores da estiva são identificados por chapas, como os automóveis;b. o trabalho da estiva é tão pesado quanto o dos caminhões que fazem o transporte de carga;c. os trabalhadores da estiva são tratados pela “Companhia” de forma impessoal, como máquinas;d. como o que importa é a chapa e não quem a carrega, isso permite a existência de um comércio “paralelo” de chapas.
3º	Por metonímia, automóveis no Brasil são costumeiramente nomeados, pela cor da chapa, simplesmente como “chapa vermelha” ou “chapa branca”, por exemplo. Uma metonímia semelhante permite chamar os trabalhadores da estiva de chapas, o que significa, em última instância, “veículo de carga do porto”.

Como se pode ver, a riqueza do registro histórico-cultural da palavra “chapa” é muito maior do que apenas dizer que ela se refere ao companheirismo na estiva. É essa riqueza cultural que se encontra nas palavras que faz da língua um depósito cultural tão importante e, de forma especial, tão determinante para a constituição de nossa identidade. A perda de uma “simples” palavra - ou uso específico de uma palavra - pode, assim, ser muito mais significativa do que costumeiramente se pensa.

Conclusão

Como se pôde verificar, de forma geral a língua atua como depósito cultural inestimável e, muitas vezes, subestimado.

Nos casos de nomeações por meio de metáforas, vimos a riqueza desse processo em dois casos específicos aqui: um primeiro, em que uma reorganização da visão de mundo após uma situação de contato cultural gerou uma metáfora com clara função de registro concretizada por um empréstimo linguístico e um segundo,

em que uma metáfora associada a uma metonímia, permitiu um registro múltiplo de fatos histórico-culturais muito significativos para uma determinada classe de trabalhadores.

Os dois casos tornam evidente a relação existente entre a visão de mundo dos falantes e a estrutura linguística construída, o processo de nomeação e a construção da metáfora. Isso torna bastante claro o fato de que os nomes que utilizamos no cotidiano exercem uma influência silenciosa, mas efetiva, sobre a forma como construímos e representamos linguisticamente nossa visão de mundo.

Desprezar a função de registro das palavras e, ainda mais, a incrível capacidade de registrar informações da história e da cultura por meio de nomeações metafóricas, pode ser um erro sem volta em relação à identidade cultural dos falantes de uma comunidade, especialmente quando uma língua é subjugada por outra em situação de contato.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRAÚNA, M. M. A. *A Relação entre Cultura e Construção de Sentido na Expressão “Ser Mãe Solteira”*: Um Estudo em Guajará-Mirim, RO. Guajará-Mirim: UNIR. Trabalho de Conclusão de Curso, 2009.
- FERRAREZI Jr., C. *Nas Águas dos Itenês*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1997.
- FERRAREZI Jr., C. *Introdução à Semântica de Contextos e Cenários: de la langue à la vie*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- LAKOFF, G. *Categories and Cognitive Models*. University of Califórnia of Berkeley, 1982
- LAKOFF, G. e KÖVECSES, Z. “The Cognitive Model of Anger Inherent in American English”. In: HOLLAND, D. e QUINN, N (eds.). *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 195-221, 1987.
- LUCY, J. A. *Language Diversity and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FERRAREZI JR., C. Metáfora e função de registro

MORAIS, R. A. F. *A Metáfora Funcional como Forma de Nomeação de Plantas Medicinais em Guajará-Mirim, RO*. Trabalho de Conclusão de Curso. Guajará-Mirim: UNIR, 2009.

ROSCH, E.. Natural Categories. *Cognitive Psychology* 4: 328-350, 1973.

SARDINHA, T. B. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, .

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1987.

WIERZBICKA, A. *Semantics: Primes and Universals*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

http://www.estiva-sfs.com.br/2011/texto/index.php?idTexto=ESTIVA_NjE=. Acesso em 09 ago. 2011